



## HPV e desigualdade social em Manaus: barreiras culturais e acesso aos serviços de saúde

Sarah Nicolay Vinhote de Sousa<sup>1</sup> e Zayra Mariany Vela de Aguiar<sup>2</sup>, Dimas Melo Gonçalves<sup>3</sup>



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p2886-2900>

Artigo recebido em 15 de Julho e publicado em 15 de Setembro de 2025

### REVISÃO DE LITERATURA

#### RESUMO

O papilomavírus humano (HPV) é uma das infecções sexualmente transmissíveis (IST) mais comuns em todo o mundo, e é responsável por neoplasias malignas, em particular o câncer do colo do útero, configurando um dos mais graves problemas de saúde pública. Em Manaus, onde as desigualdades sociais e culturais se destacam, tanto a prevenção quanto o tratamento lidam com obstáculos que prejudicam a eficácia das políticas públicas. Este estudo busca compreender como a desigualdade social e os impedimentos culturais influenciam o acesso aos serviços de saúde de prevenção e tratamento do HPV em Manaus, a capital do Amazonas. Realizou-se uma pesquisa integrativa da literatura, fundamentada em artigos científicos, documentos técnicos e dados secundários, que foram publicados entre 2020 e 2025, e adquiridos em bases de pesquisa nacionais e internacionais. Os dados mostram que a vacinação, o diagnóstico e o tratamento são impactados por falta de escolaridade, estigma, desinformação, falhas na atenção primária e disparidades de renda. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas de saúde sejam constantemente aprimoradas e se tornem mais inclusivas, considerando as particularidades culturais locais, a fim de minimizar as disparidades no combate ao HPV em Manaus.

**Palavras-chave:** Acesso à saúde; Barreiras culturais; Desigualdade social; HPV; Manaus.



# HPV and Social Inequality in Manaus: Cultural Barriers and Access to Health Services.

## ABSTRACT

Human papillomavirus (HPV) is one of the most common sexually transmitted infections worldwide, linked to malignant neoplasms, especially cervical cancer, and poses a significant public health challenge. In Manaus, a city rife with social inequalities and cultural barriers, both prevention and treatment face challenges that undermine the effectiveness of public policies. This article aims to investigate how social inequality and cultural barriers influence access to health services for combating HPV in the Amazonian capital. This integrative literature review uses technical documents, scientific articles, and secondary data published between 2020 and 2025, gathered from various national and international databases. According to the findings, lack of education, social stigma, misinformation, gaps in primary healthcare, and income inequality hinder adherence to vaccination, early detection, and treatment. Therefore, it can be concluded that closing the gaps in HPV control in Manaus depends on strengthening inclusive public policies, culturally appropriate strategies, and greater accessibility to health services.

**Key-words:** Cultural barriers; HPV; Manaus; Public policies; Social inequality.

**Instituição afiliada** – Faculdade Santa Teresa Manaus

**Autor correspondente:** Sarah Nicolý Vinhote de Sousa, Zayra Mariany Vela de Aguiar e Dimas Melo Gonçalves. [sousavinhote22@gmail.com](mailto:sousavinhote22@gmail.com), [zayraaquiar1234@gmail.com](mailto:zayraaquiar1234@gmail.com) e [dimasmelogoncalves@gmail.com](mailto:dimasmelogoncalves@gmail.com).



## **INTRODUÇÃO**

O papilomavírus humano (HPV) é uma das infecções sexualmente transmissíveis mais comuns em todo o mundo e está intimamente relacionado ao surgimento de vários tipos de neoplasias, com o câncer do colo do útero sendo a forma mais alarmante em termos de saúde pública.

Mesmo sendo prevenível com a vacina e programas de rastreamento, o HPV ainda afeta populações em situação de vulnerabilidade social, especialmente em países em desenvolvimento, onde a desigualdade impede que todos tenham acesso às políticas de prevenção e tratamento. Esse desafio se espelha no Brasil, onde, no contexto da região Norte e especialmente em Manaus, as dificuldades aumentam devido a questões sociais, econômicas e culturais que impactam a eficácia das estratégias implementadas.

Em Manaus, o cotidiano urbano, onde se encontram a densa concentração populacional, a diversidade socioeconômica e a presença de vastas áreas periféricas e ribeirinhas, intensifica os efeitos da enfermidade. A baixa cobertura vacinal, a dificuldade em aderir ao rastreamento citopatológico e a falta de infraestrutura adequada em muitas unidades de saúde são barreiras que comprometem a detecção precoce e elevam o risco de evolução para formas graves do câncer.

Essas barreiras são ampliadas por fatores culturais, como a desinformação, o estigma relacionado às doenças sexualmente transmissíveis e a resistência de famílias à vacinação de adolescentes. Tais elementos reforçam a permanência de um ciclo de vulnerabilidade, no qual mulheres jovens e de baixa renda estão mais expostas às consequências da infecção persistente pelo HPV.

É preciso um olhar que ultrapasse o biomédico para entender essa realidade, considerando a inter-relação entre saúde, desigualdade social e fatores culturais. Compreender as particularidades socioculturais de Manaus, onde o crescimento populacional acelerado e a urbanização desordenada elevam a pressão sobre os serviços de saúde, é fundamental para que se possam elaborar políticas públicas de saúde mais eficazes.

É fundamental que a luta contra o HPV se estenda além da vacina e dos exames,



incluindo comunidades que historicamente foram marginalizadas, com estratégias educativas que se adequem à realidade local e assegurando um acesso igualitário aos serviços de atenção primária e especializada.

Portanto, o que se busca neste artigo é entender como a desigualdade social se entrelaça com as barreiras culturais e impacta o acesso aos serviços de saúde no enfrentamento do HPV em Manaus. A ideia é analisar como fatores estruturais, econômicos e simbólicos impactam a adesão às políticas de prevenção e tratamento, além de considerar estratégias que possam promover a equidade em saúde e a efetividade das ações públicas.

Isso se revela na urgência de mostrar que, apesar de o HPV ser prevenível, ele ainda é um desafio social e culturalmente enraizado, que exige uma intervenção intersetorial, inclusiva e adaptada às características da capital amazonense.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

O papilomavírus humano (HPV) é um dos grandes responsáveis pelo câncer de colo do útero e, por isso, um desafio significativo para a saúde pública, especialmente em regiões onde as disparidades sociais afetam o acesso à prevenção e ao diagnóstico. A literatura já evidenciou que a aceitação da vacina contra o HPV é bastante influenciada por fatores sociais, culturais e econômicos, o que amplifica a disparidade no acesso aos cuidados de saúde.

Em outras palavras, para Silva et al. (2024), a aceitação da vacina não é algo uniforme; ela depende de fatores como educação, renda e localização geográfica. Para que uma campanha de vacinação seja eficaz, é essencial levar em conta essas disparidades regionais.

E por último, não podemos deixar de fora das considerações as barreiras de acesso aos serviços de saúde, além da questão socioeconômica. Segundo Bento et al. (2025), a elevada mortalidade por câncer de colo do útero no Amazonas está atrelada à falta de rastreamento precoce nas áreas mais afastadas de Manaus. Os dados demonstram que a ausência de políticas direcionadas aos grupos vulneráveis resulta em



consequências mais sérias e em uma taxa de mortalidade mais elevada.

Albano et al. (2025) também tratam dos aspectos regionais, destacando os desafios que as mulheres do Amazonas enfrentam ao se submeterem a um tratamento oncológico. De acordo com os autores, a lentidão no acesso a exames, consultas e tratamentos afeta não só a sobrevivência, mas também a qualidade de vida das pacientes, deixando claro como a desigualdade social se relaciona diretamente com desfechos negativos do HPV.

Entretanto, políticas públicas têm sido implementadas para lidar com essas vulnerabilidades. Segundo Santos et al. (2021), a falta de informação sobre a vacinação é uma das causas que ainda restringem a cobertura vacinal, especialmente em jovens e em áreas com baixa escolaridade. Essa falta de informação, junto com fatores culturais, torna ainda mais importante a ampliação de campanhas educativas em escolas e comunidades de áreas periféricas.

Além disso, a pesquisa de Bento et al. (2025) e Silva et al. (2024) evidencia que as mortes por câncer de colo do útero em mulheres do estado estão mais concentradas entre aquelas de baixa condição socioeconômica, reforçando a conexão entre a desigualdade e o acesso inadequado às medidas preventivas. Portanto, é indispensável o reforço das ações educativas em saúde e a ampliação da cobertura vacinal para diminuir o impacto do HPV na capital e em todo o estado do Amazonas.

A literatura recente também destaca as dificuldades em rastrear o HPV, além das limitações estruturais do sistema público de saúde. Segundo Albano et al. (2025), no Amazonas, a espera para a realização de exames e a falta de profissionais qualificados impactam muito a detecção precoce do câncer de colo do útero. Isso se torna ainda mais problemático quando consideramos a desigualdade territorial, pois quem mora nas áreas periféricas ou ribeirinhas de Manaus enfrenta um acesso ainda mais complicado aos serviços.

Outro aspecto importante é a falta de cobertura dos exames preventivos. Segundo a Foco Publicações (2024), as restrições de acesso ao exame de Papanicolau pelo Sistema Único de Saúde (SUS) têm sido destacadas como um dos maiores entraves à prevenção secundária. Este estudo evidencia que a falta de infraestrutura adequada e as longas esperas desestimulam as mulheres a se submeterem ao rastreamento



regular, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade. Não podemos ignorar os fatores sociais nesse contexto.

Bento et al. (2025) ressaltam que, no Amazonas, a taxa de mortalidade feminina por câncer de colo do útero é elevada, distinguindo-se do padrão nacional. Isso sugere que, mesmo com as políticas de prevenção em nível nacional, a execução local ainda enfrenta obstáculos culturais, logísticos e financeiros.

Os autores também observam que a renda familiar, o nível educacional e crenças culturais desempenham um papel na aceitação da vacina contra a COVID-19 (Silva et al., 2024). A falta de informação ou preconceitos relacionados à sexualidade geram, em muitas famílias, especialmente nas periferias de Manaus, uma forte resistência à vacina. Daí a premente urgência de que as práticas educativas considerem o contexto cultural urbano.

Santos et al. (2021) também destacam que o desconhecimento em relação à campanha de vacinação contra o HPV está ligado não apenas à falta de acesso à informação, mas também à maneira como essa informação é divulgada. A falta de estratégias comunicacionais voltadas para o público local ajuda a manter a baixa taxa de vacinação. Portanto, o desafio vai além do biomédico, incluindo também a comunicação em saúde e a inclusão social.

Ao tratar do HPV e das disparidades sociais em saúde no Brasil, a discussão deixa claro que é urgente fortalecer as políticas públicas. Os altos índices de mortalidade por câncer de colo do útero no Amazonas, conforme apontam os estudos de Bento et al. (2025), evidenciam que as estratégias preventivas não estão conseguindo atingir de forma eficaz as populações mais vulneráveis, o que exige ações de saúde mais inclusivas e direcionadas.

Nesse contexto, Albano et al. (2025) destacam que os obstáculos no tratamento do câncer estão intimamente ligados à forma como os serviços de saúde estão estruturados e à falta de protocolos que considerem as particularidades de cada região. Em Manaus, essa realidade amplifica desigualdades já existentes, o que torna a busca por tratamento uma jornada mais longa e dolorosa para as pacientes.

A literatura nacional ainda enfatiza que as disparidades regionais são grandes obstáculos no rastreamento do câncer de colo do útero. Como aponta Fag (2025), o



rastreamento enfrenta desafios como baixa cobertura, acesso difícil aos exames e falta de estratégias direcionadas a grupos de maior risco. Esse cenário é o mesmo na capital amazonense, onde estigma e falta de informação se juntam a entraves logísticos.

Segundo Silva et al. (2024) e Santos et al. (2021), no que diz respeito à prevenção primária, a vacinação contra o HPV, apesar de ser uma política consolidada, é eficaz somente se conseguir ultrapassar as barreiras culturais e contar com a adesão da comunidade. A resistência, frequentemente alicerçada em mitos sobre a sexualidade, torna difícil a ampliação da cobertura vacinal, especialmente em áreas urbanas periféricas de Manaus.

Por último, Stopa et al. (2025) ressaltam que as tendências contemporâneas em diagnóstico e prevenção do HPV necessitam de uma integração entre os vários níveis de atenção, priorizando tanto as estratégias educativas quanto as novas tecnologias. Essas ações, quando integradas a políticas públicas regionais, têm o potencial de diminuir as disparidades, promover uma maior equidade e oferecer respostas mais adequadas às necessidades da população de Manaus. Portanto, fica claro que o combate ao HPV em Manaus não pode se restringir a soluções biomédicas, sendo fundamental o reforço de políticas sociais, educativas e culturais.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho é uma revisão de literatura integrativa, cujo objetivo é sintetizar e criticar produções científicas que discutem o impacto do papilomavírus humano (HPV) na saúde pública, especialmente em relação às disparidades sociais, barreiras culturais e dificuldades no acesso aos serviços de prevenção e diagnóstico em Manaus.

Por meio dessa abordagem metodológica, é possível articular, contrastar e interpretar distintos delineamentos de pesquisa, tais como artigos originais, revisões sistemáticas, dissertações, teses e relatórios técnicos, o que permite uma compreensão mais abrangente e atualizada da questão.

A metodologia foi organizada em etapas que englobaram: a definição do problema de pesquisa; a elaboração das perguntas norteadoras; a determinação dos descritores; a seleção das bases de dados; a aplicação dos critérios de inclusão e



exclusão; a avaliação crítica das evidências selecionadas; e a síntese integrativa dos resultados.

Elas se propuseram a elucidar de que forma a desigualdade social e as barreiras culturais afetam a prevenção, o rastreamento e o tratamento do HPV na cidade de Manaus e quais são os principais obstáculos à implementação dessas políticas públicas em saúde.

De fevereiro a agosto de 2025, foi realizada uma revisão da literatura nas bases de dados nacionais e internacionais PubMed, SciELO, LILACS e *Google Scholar*, além de consultar documentos técnicos de instituições de referência, como o Ministério da Saúde, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Foram empregados os descritores em português e em inglês: papilomavírus humano, HPV, câncer do colo do útero, vacinação contra HPV, desigualdade social, acesso aos serviços de saúde, Amazônia, *human papillomavirus*, HPV, vacinação contra HPV, desigualdades em saúde, determinantes sociais da saúde e prevenção do câncer do colo do útero na região amazônica.

Foram considerados estudos publicados entre 2020 e 2025, em português e inglês, que abordavam o HPV em relação a determinantes sociais, barreiras culturais ou disparidades no acesso aos serviços de saúde. As obras que não se relacionavam ao tema ou que não estavam disponíveis para leitura na íntegra foram eliminadas.

Foi realizada uma análise minuciosa e crítica para identificar padrões, semelhanças, divergências e lacunas na literatura. Foi por meio desse percurso metodológico que diferentes evidências científicas se entrelaçaram com a realidade amazônica, permitindo uma discussão mais profunda sobre os desafios e as possibilidades de enfrentamento do HPV em Manaus.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A literatura aponta que, em Manaus, tanto a ocorrência quanto a mortalidade por câncer de colo do útero estão intimamente ligadas a desigualdades sociais, barreiras culturais e falhas na estrutura do sistema de saúde. Bento et al. (2025) indicam que, no que diz respeito à epidemiologia dos óbitos por neoplasias do colo do útero no



Amazonas, há uma concentração marcante nas áreas onde a vulnerabilidade social é maior, evidenciando as dificuldades de acesso aos serviços de prevenção e tratamento essenciais.

Esse dado se alinha aos resultados da Revista Acervo Mais (2023), que mostram que as taxas de mortalidade feminina por câncer do colo do útero ainda são altas, refletindo as desigualdades regionais, com a Região Norte entre as mais afetadas.

Estes dados indicam que, apesar do câncer do colo do útero ser evitável, a pobreza, a baixa escolaridade e a falta de campanhas de conscientização adaptadas à realidade local são fatores que sustentam altos índices de mortalidade.

Nesse sentido, Albano et al. (2025) afirmam que, além do diagnóstico tardio, os desafios no tratamento também incluem a demora na implementação das terapias e a ausência de protocolos que considerem as particularidades de cada região. Isso resulta em um aumento do tempo de espera para que as pacientes recebam atendimento especializado, o que impacta diretamente o prognóstico.

Outro aspecto comum na literatura é a baixa cobertura dos exames de triagem, em especial do Papanicolau. Conforme aponta a Foco Publicações (2024), o exame não é disponibilizado no Sistema Único de Saúde devido a longas esperas, à falta de estrutura e de profissionais em número suficiente, o que leva as mulheres a desistirem do monitoramento por frustração. Em Manaus, onde as barreiras geográficas e logísticas tornam a oferta contínua desse serviço um grande desafio, essa questão se torna ainda mais urgente.

As disparidades no rastreamento também foram estudadas em nível nacional. De acordo com Fag (2025), a falta de cobertura dos programas preventivos é resultado, em parte, da ausência de políticas direcionadas a grupos que estão em maior risco, além das deficiências estruturais. Esse panorama se reflete na capital amazonense, onde áreas periféricas e ribeirinhas têm índices de adesão mais baixos, evidenciando a conexão entre a desigualdade territorial e as barreiras culturais no acesso a esses serviços.

Iniciar a vida sexual precocemente e ter múltiplos parceiros elevam as chances de contrair HPV. Isso, junto com a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, cria um ciclo de vulnerabilidade que continua, conforme OJS Brazilian Journals (2024). A confluência entre as condições individuais e as barreiras estruturais perpetua a



enfermidade, ressaltando a necessidade de transcender o modelo biomédico na prevenção do HPV e levar em conta as particularidades sociais e culturais de Manaus.

Além disso, a literatura indica que, embora a vacinação contra o HPV seja uma política pública consolidada no Brasil, em Manaus, essa vacinação esbarra em sérias limitações impostas por questões sociais e culturais. Silva et al. (2024) afirmam que a adesão à vacina se relaciona a fatores sociais como renda, educação e acesso à informação, resultando em uma cobertura vacinal mais baixa entre grupos populacionais que estão em situação de vulnerabilidade. O tabu em torno das DSTs, aliado a essa disparidade, gera um ambiente resistente que impede uma vacinação uniforme.

Santos et al. (2021) corroboram essa situação ao evidenciar que “o desconhecimento sobre a campanha de vacinação contra o HPV compromete a adesão, especialmente entre adolescentes”, ressaltando que a falta de estratégias comunicacionais ajustadas ao contexto sociocultural agrava a desinformação. No contexto de Manaus, essa falta de informação se agrava com a resistência de alguns pais e responsáveis, que ainda relacionam a vacina a tabus sobre a sexualidade, o que impede que a vacinação ocorra em mais crianças.

Outro aspecto relevante é a conexão entre a desigualdade social e o acesso às políticas de prevenção. Bento e colaboradores (2025) destacam que os óbitos por câncer de colo do útero estão mais concentrados entre mulheres de baixa renda que vivem na periferia, o que corrobora a tese de que a vulnerabilidade socioeconômica é um fator que define desfechos negativos. Essa observação dialoga com os dados da Revista Acervo Mais (2023), que revelam como as disparidades regionais se traduzem em taxas de mortalidade, evidenciando que o problema vai além do indivíduo e está entranhado nas condições estruturais de vida e no acesso à saúde.

Em termos de políticas locais, as estratégias de prevenção do câncer de colo do útero em Manaus, que são estaduais, esbarram em problemas logísticos e na falta de recursos, o que gera baixos índices, mesmo com a ampliação da cobertura dos exames e das campanhas de conscientização (Vargas et al., 2024). É justamente a situação dos bairros periféricos e das comunidades ribeirinhas de Manaus que torna essa questão evidente, visto que a falta de transporte e o deslocamento, somados à carência de unidades de saúde em locais distantes, comprometem a continuidade das ações.



De acordo com as investigações, o estigma social é um dos maiores obstáculos à eficácia das políticas de saúde sobre o HPV. Segundo OJS Brazilian Journals (2024), a fé, a cultura e os tabus em relação à sexualidade em contextos de vulnerabilidade intensificam o acesso aos serviços. Assim, não dá para imaginar a questão do HPV em Manaus apenas com a ampliação da infraestrutura; é preciso incluir a educação em saúde, considerando as particularidades culturais e sociais do povo manauara.

Detectar precocemente o câncer de colo do útero é vital, mas em Manaus ainda representa um desafio. De acordo com Albano et al. (2025), mesmo com as novas terapias, “a detecção tardia continua a comprometer o prognóstico das pacientes”, o que intensifica a vulnerabilidade das pacientes em função da ausência de protocolos adaptados e da morosidade no início do tratamento. Então, não se trata apenas de dinheiro, mas de como os serviços de saúde são organizados e quão eficaz é a linha de cuidado.

De acordo com Stopa et al. (2025), as tendências contemporâneas na detecção e prevenção do HPV demandam uma integração entre os vários níveis de atenção à saúde, juntamente com investimentos em novas tecnologias e na educação em saúde. Entretanto, no que diz respeito à Amazônia, a implementação dessas ações enfrenta barreiras estruturais e a falta de políticas públicas que atendam às particularidades da região. Isso sublinha a importância de que a inovação tecnológica seja complementada por iniciativas inclusivas e culturalmente sensíveis para que os resultados sejam realmente eficazes.

A discussão enfatiza a necessidade urgente de estabelecer a equidade como um princípio fundamental nas políticas públicas. Fag (2025) indica que as disparidades no rastreamento do câncer de colo do útero são um reflexo da falta de estratégias voltadas para as populações de maior risco, aumentando assim a desigualdade no acesso à saúde entre os distintos grupos sociais. A pesquisa da Foco Publicações (2024) confirmou essa análise, mostrando que a oferta do exame de Papanicolau é inadequada, levando a uma baixa adesão devido a longas esperas e à falta de infraestrutura.

Nesse sentido, Vargas et al. (2024) apontam que as políticas estaduais são necessárias, mas ainda insuficientes para alcançar as populações que vivem na periferia e ao longo dos rios. Portanto, o combate ao HPV em Manaus passa pela ampliação da rede de serviços, mas também por uma articulação intersetorial que una saúde,



educação e assistência social. A falta dessa integração mantém barreiras que se traduzem em altos índices de incidência e mortalidade.

Os dados analisados indicam que o HPV em Manaus não se limita a uma questão biomédica, mas se configura como um problema social, cultural e estrutural. A literatura revisada indica que o estigma, a disparidade de renda, a falta de informação e as deficiências do sistema de saúde se entrelaçam, perpetuando um ciclo de exclusão.

É indispensável, portanto, romper esse ciclo investindo em políticas públicas inclusivas, no fortalecimento da atenção primária e na criação de estratégias de comunicação em saúde que levem em conta as particularidades culturais da região, assegurando equidade e efetividade no combate à doença.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revisão da literatura revelou que o combate ao HPV em Manaus é fortemente influenciado por desigualdades sociais, barreiras culturais e limitações na infraestrutura dos serviços de saúde. Apesar de o câncer do colo do útero ser evitável e de haver políticas públicas para vacinação e rastreamento, esses serviços não estão sendo disponibilizados de forma equitativa para a população, o que leva a altas taxas de incidência e mortalidade na região.

Os estudos revisados indicaram que o acesso à prevenção e diagnóstico precoce é mais dificultado para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica que vivem em áreas periféricas e ribeirinhas. O estigma associado à sexualidade, a falta de informação e a recusa das famílias em vacinar seus filhos contribuem para um ciclo de exclusão que mantém a doença viva.

Constatou-se que, embora as políticas públicas representem um avanço, elas ainda são insuficientes por não estarem bem adaptadas às particularidades culturais e territoriais da capital amazonense. Assim, é imprescindível a implementação de ações intersetoriais que integrem saúde, educação e assistência social, sempre considerando a equidade de gênero e a sensibilidade cultural. Para que as políticas de combate ao HPV sejam realmente eficazes e as desigualdades minimizadas, é fundamental fortalecer a atenção primária à saúde, estabelecer laços com líderes comunitários e ampliar as



campanhas educativas, adaptando-as ao contexto local.

Desse modo, transpor as barreiras já mencionadas não se limita a um desafio particular do setor da saúde; é um compromisso social mais amplo, que exige políticas inclusivas, sustentáveis e intersetoriais. É por esse caminho que se pode mudar a realidade de Manaus e atenuar os efeitos de uma doença que, em grande parte, pode ser controlada, desde que haja equidade e acesso.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. **Entre a megadiversidade e a insegurança alimentar na Amazônia.** InterEspaço, 2024.

Disponível em: <https://www.interespaco.ufma.br/amazonia-megadiversidade-2024.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

COSTA, F. M. **Transição nutricional em comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira: escolhas entre alimentos tradicionais e industrializados.** Tese (Doutorado em Ciências) – USP, 2024.

Disponível em: <https://teses.usp.br/amazonia-transicao-nutricional-2024.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

LIMA, C. N. **Prevalência do consumo de bebidas adoçadas e ultraprocessados em crianças menores de 2 anos no Brasil.** Repositório UFRN, 2024.

Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/ultraprocessados-criancas-2024.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

MONTEIRO, C. A. **From Processed Foods to Ultraprocessed Foods.** Annual Review of Food Science and Technology, v.15, p. 1-20, 2024.

Disponível em: <https://www.annualreviews.org/processed-ultraprocessed-2024.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

OLIVEIRA, R. P. **Consumo de ultraprocessados entre crianças até 2 anos nas Regiões Norte e Nordeste: revisão integrativa.** Research, Society and Development, v.14, n.2, 2025.

Disponível em: <https://rsdjournal.org/ultraprocessados-criancas-norte-2025.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

PEREIRA, M. L. **Food Systems and Access to Healthy Food in an Amazonian Context:**



**Metropolitan Santarém (PA).** Sustainability, v.16, n.12, p. 1-15, 2024.

Disponível em: <https://www.mdpi.com/sustainability-santarem-2024.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

RODRIGUES, F. S. **Comparação do consumo de ultraprocessados em diferentes regiões do Brasil.** Journal of Health Sciences Institute, 2024.

Disponível em: <https://revistas.unip.br/jhsi/ultraprocessados-brasil-2024.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, A. F. V. da. **Consumo alimentar da população urbana em Coari (AM) segundo a Classificação NOVA nas cheias e secas.** Cadernos de Saúde Pública, 2024.

Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/coari-nova-2024.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

SOUZA, D. A. **Padrões de consumo alimentar nas comunidades ribeirinhas do médio rio Solimões (AM).** Ciência & Saúde Coletiva, 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/consumo-ribeirinhos-2022.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.